

ESTACAO
BRASIL



· *Achados E Perdidos da História* ·

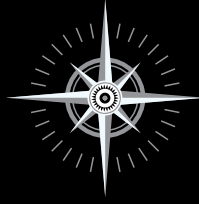
ESCRAVOS

A VIDA E O COTIDIANO DE 28 BRASILEIROS
ESQUECIDOS PELA HISTÓRIA

LEANDRO NARLOCH



*Para Ilana, minha irmã
apaixonada por livros e histórias.*



Achados & Perdidos da História

UMA SEÇÃO DE ACHADOS E PERDIDOS costuma reunir coisas diversas – carteiras, documentos, guarda-chuvas, alianças, sapatos de bebês, óculos, livros... Em comum, esses objetos são vestígios da aventura humana. Impregnados de vida e tempo, guardam a história de pessoas que construíram, destruíram, choraram, sorriram, sentiram saudades, se aventuraram, viveram.

Assim como objetos esquecidos no metrô ou num terminal de ônibus, personagens do passado facilmente se perdem no meio de páginas e estantes de bibliotecas. Alguns chegam a encantar uma geração, motivam discussões e grandes obras, mas de repente deixam de provocar interesse e as gerações seguintes crescem sem ter ouvido falar deles. Ficam esquecidos até que um historiador vasculhe arquivos empoeirados e tenha a sorte de resgatá-los e dar a eles uma vida nova.

A coleção *Achados & Perdidos da História* tem o objetivo de resgatar biografias de personagens diversos – conhecidos ou anônimos – que retratam momentos fundamentais da humanidade. Conta a história do Brasil e do mundo por meio de histórias de vida. Não há caminho melhor para se reconectar ao passado do que conhecer dramas e aventuras de homens e mulheres que construíram a nossa identidade.

SUMÁRIO

Introdução	11
Gbego e Joaquim	15
Benedicta (ou Ovídia)	19
Joanna	25
Gregório	33
Luiz	39
Antonio, o chinês	43
Esperança	53
Rufino	57
Um escravo baiano	71
João de Oliveira	73
Zé Alfaiate	81
Augustino	95
Juliana	103
Os senhores	107
As sinhás pretas	113
Quitéria	121
As Chicas-da-silva	125
Os escravos-senhores	133
Rosa	139
Agostinho	147
Manuel	153
Manoel Preto	155
Caetana	161
Felicidade	171
Antônio, o pai	175
Rosalina e Eufrosina	181
Honorata	185
Anna, a Barbuda	191
Notas	199
Créditos das imagens	207

INTRODUÇÃO

CALHAMAÇOS COM DOCUMENTOS e registros sobre a escravidão ficaram por muito tempo esquecidos em arquivos brasileiros simplesmente porque não havia quem os analisasse. A transcrição e a interpretação de documentos antigos são processos lentos, difíceis e muitas vezes tediosos – o historiador precisa passar por muitos textos cheios de instruções burocráticas até encontrar histórias que revelem preciosidades do passado. Mas dos anos 1990 para cá, com o aumento dos cursos de graduação e pós-graduação em história, um exército de jovens historiadores avançou sobre os arquivos. Eles descobriram que, embora o ministro Rui Barbosa, em 1890, tenha mandado queimar registros da escravidão para evitar que os antigos senhores pedissem indenização ao governo pela perda dos escravos, muitos outros documentos haviam sido preservados.

Famintos por novas histórias e interpretações, esses estudiosos vasculharam registros de batismo e de óbito, testamentos, cartas de alforria, anúncios e notícias de jornais, cartas e correspondências administrativas, relatos de viajantes estrangeiros, tabelas de movimentação de portos, ações de

liberdade movidas por escravos contra seus senhores, processos comerciais, criminais e da Justiça eclesiástica, entre muitos outros. Das décadas do trabalho vagaroso e extenuante desses pesquisadores, surgiram personagens extraordinários da escravidão brasileira.

A missão deste livro é contar a história da escravidão por meio de algumas dessas histórias de vida. A partir da biografia de escravos, percorro os três séculos da escravidão e suas diversas fases: a escravidão portuguesa de povos não africanos, a captura de negros na África, a negociação com os reis africanos, a travessia do Atlântico a bordo dos navios negreiros, a vida nas fazendas, os quilombos, o cotidiano agitado nas cidades quando a abolição se aproximava. Muitas histórias confirmam a brutalidade que, como sabemos, marcava aquele sistema. Como a da piauiense que dizia ser “um colchão de pancadas”, a do rapaz com “sinais de chicote pela barriga, costas e pescoço” que pareciam “cicatrizes de fogo”, a do menino livre que foi sequestrado e vendido como escravo. Outras histórias espantam: no século 18, uma mulher livre se vendeu como escrava; um negro liberto mandava dinheiro a viúva de seu antigo dono após saber que ela tinha empobrecido. São relatos tão surpreendentes que só conseguimos entendê-los se abandonarmos nossa mentalidade acostumada à liberdade e aos direitos humanos do século 21.

A conclusão a que o leitor provavelmente chegará ao final do livro é que não houve só uma escravidão no Brasil. Mas várias, de diversos tipos e cenários. Alguns exemplos do relacionamento entre escravos e senhores lembram o que Gilberto Freyre chamava de “escravidão branda”, aquela em que o senhor era bondoso e o escravo, fiel. Outras convergem

com as ideias de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, os acadêmicos da escola paulista que nos anos 1960 contrariaram Gilberto Freyre ao mostrar a rotina de terríveis castigos que os escravos sofriam. Se há alguma afirmação neste livro, é a de que a escravidão brasileira foi muito mais diversa, complexa e interessante do que imaginamos.

GBEGO E JOAQUIM

GBEGO SOKPA foi um africano vendido como escravo ao Brasil no século 19. Joaquim d’Almeida era um traficante de escravos da mesma época.

Gbego nasceu em Hoko, cidade da nação Mahi, na África Ocidental. Quando ele era criança, o exército de algum rei africano atacou sua vila e capturou sua família. Levado a ferros até a costa, Gbego foi vendido para traficantes de escravos e embarcado no porão de um navio negreiro.

No outro lado do Atlântico, Joaquim d’Almeida alugava navios negreiros para ir até o Golfo do Benim adquirir escravos como Gbego. Comprava “peças”, como se dizia na época, pagando os reis africanos ou os intermediários com ouro, libras esterlinas, dólares ou rolos de fumo da Bahia.

Gbego pertencia ao povo Jeje, que ocupava territórios onde hoje estão Togo, Gana e Benim. Os Jejes e seus descendentes foram os principais criadores de religiões afro-americanas como o candomblé, o vodu haitiano e a *santería* cubana.

Joaquim d’Almeida praticava o catolicismo com devoção. Chegou a embarcar, na Bahia, um carregamento com estátuas e imagens semelhantes às da capela do Corpo San-

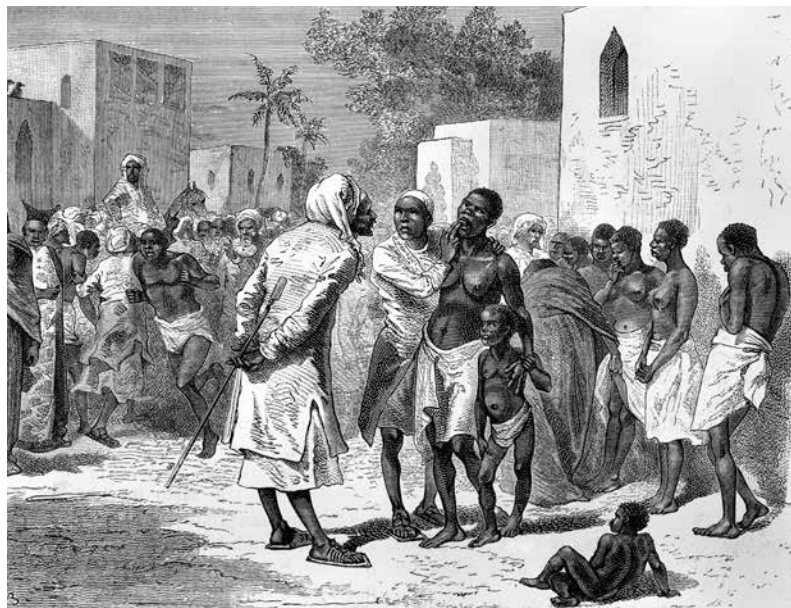
to, uma igreja ainda hoje instalada no bairro do Comércio, em Salvador. Mandou a carga para o Daomé, um dos reinos do Golfo do Benim, onde construiu a primeira capela católica da região. Décadas depois, quando missionários europeus chegaram à costa da África, se espantaram ao descobrir que já havia uma capela por ali e que ela “era provida de todo o necessário ao exercício do culto, suntuosamente decorada para a região”, como descreveu um padre italiano que visitou o reino do Daomé no fim do século 21.¹

O escravo Gbego, ao chegar a Salvador, passou a servir um pernambucano chamado Manoel, que trabalhava como mercador de escravos e capitão de navios negreiros. Entre 1814 e 1826, esse capitão viajou pelo menos onze vezes para a África, a bordo de tumbeiros como o *Príncipe de Guiné*, que era capaz de carregar até 600 pessoas.² Gbego conquistou a confiança de seu senhor e passou a acompanhá-lo nas viagens.

O traficante Joaquim d’Almeida, por volta de 1845, decidiu deixar a Bahia e se mudar para a costa da África Ocidental. Antes da viagem, escreveu um testamento. Afirmou possuir nove escravos em seu poder, 36 em Havana e vinte em Pernambuco, além de uma casa em Salvador e participações em dois navios negreiros que naquele momento cruzavam o Atlântico.

Durante o convívio com outros escravos na Bahia, Gbego conheceu o cristianismo e ingressou na confraria do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos, uma irmandade que só aceitava africanos como integrantes.

Na África, Joaquim d’Almeida se instalou em Aguê, uma das cidades do litoral do Benim – a mesma onde construiu a capela nos moldes da igreja baiana. Em pouco tempo ganhou reputação de grande traficante de escravos. Segundo o relato do comandante britânico Frederick E. Forbes, que vi-



*Mercado de
escravos em
Zanzibar, 1882.*

sitou o Daomé em 1849, Joaquim era um homem rico e “um mercador de escravos em escala intensiva”.³ Quatro anos depois, o cônsul britânico em Salvador escreveu que o traficante figurava “entre os três principais negreiros estabelecidos na costa da África”.

Gbego, alguns anos depois de chegar a Salvador como carga de um navio negreiro, conquistou a alforria (não se sabe como; provavelmente juntando economias para comprá-la ou ganhando de presente do seu dono). Livre, aproveitou seus contatos e a experiência no tráfico de escravos pelo Atlântico para seguir a profissão de seu senhor. Quando se converteu ao catolicismo, Gbego havia decidido se batizar com um nome cristão. Ao escolher o novo nome, homenageou o antigo dono, o capitão Manoel Joaquim d’Almeida.

Foi assim que o escravo Gbego Sokpa se tornou o traficante de escravos Joaquim d’Almeida.

O ex-escravo e então traficante de escravos criou na cidade de Agué uma comunidade de libertos que haviam vivido no Brasil. O etnógrafo Pierre Verger, pesquisando livros de batismo nas igrejas e capelas do antigo Daomé, encontrou 82 filhos de Joaquim d'Almeida, além de muitos escravos que ele batizou como padrinho. A comunidade de "agudás", os ex-escravos do Brasil que retornaram à África, existe ainda hoje no Benim. Todo mês de janeiro, seus descendentes organizam a festa do Senhor do Bonfim, comem feijoada, cantam antigas músicas luso-brasileiras e deixam oferendas ao redor do túmulo do africano Gbego Sokpa, que ainda hoje é conhecido por ali como o brasileiro Joaquim d'Almeida.⁴

BENEDICTA (OU OVÍDIA)

O FILME *Doze anos de escravidão* conta a história real do fazendeiro e violinista Solomon Northup, um negro livre americano que em 1841 foi sequestrado em Nova York e enviado ao sul dos Estados Unidos. Obrigado pelos sequestradores a aceitar outra identidade, Solomon foi escravizado por doze anos numa fazenda da Luisiana.

Histórias talvez ainda mais dramáticas que essa aconteceram diversas vezes no Brasil, principalmente a partir de 1850. Um pouco antes, em 1846, os ingleses extinguiram as Corn Laws, as leis que dificultavam a importação de grãos. O fim dessas leis deu um belo impulso à exportação de café e açúcar do Brasil. Os fazendeiros brasileiros podiam enfim exportar para os ingleses enriquecidos pela Revolução Industrial, mas havia um problema: faltavam braços. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós enfim encerrou o tráfico negreiro pelo Atlântico. Como a demanda por trabalhadores estava em alta mas a oferta, em baixa, o preço médio de um escravo disparou: passou de cerca de 400 mil-réis em 1849 para mais de 1 conto (1 milhão) de réis em 1860.⁵ Surgiu assim uma onda de sequestros, escravizações ilegais e reescravizações (quando libertos eram

escravizados novamente). Sequestradores ficavam à espreita de negros livres, principalmente mulheres e crianças, para capturá-los, dar a eles uma nova identidade e vendê-los como escravos. Os criminosos também agiam no Uruguai, que tinha abolido a escravidão em 1842. Sequestravam negros livres que viviam ali e os vendiam no Brasil.

Uma dessas vítimas foi o pardo Francisco, de 11 anos. Em 1851, ele brincava perto de casa, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, quando foi sequestrado por um homem chamado Máximo. Foi levado a cavalo para um cativo, onde permaneceu até ser vendido para um mascate. Francisco insistia que era livre, mas os homens respondiam “com pancadas”, segundo o testemunho que o garoto deu à polícia depois de ser encontrado. A mãe dele acionou o delegado da cidade, que por sorte conseguiu encontrar Francisco meses depois, num distrito perto de Pelotas.⁶

Outro caso envolveu os negros Moisés e Francisco, moradores do norte do Uruguai. Em 1862, eles aceitaram a proposta de trabalho de um homem que precisava de ajuda para “uma tropa”, ou seja, para um carregamento em mulas. Durante uma parada no caminho, três comparsas do tropeiro apareceram, renderam os dois negros, amarraram-nos e os venderam para um homem que se preparava para levá-los ao Rio de Janeiro. “No entanto, antes que isso pudesse acontecer, o vice-cônsul, em Rio Grande, foi avisado, conseguindo evitar a saída do vapor e a consequente venda de Moisés e Francisco à Corte”, conta o historiador Jônatas Marques Caratti.⁷

Ainda mais cinematográfica é a história de uma negra que se chamava Benedicta Maria Albina da Ilha. Em abril de 1880, então com 25 anos, ela mandou cartas desesperadas para um delegado avisando que tinha sido sequestrada e estava prestes a se tornar escrava. Contou que fora capturada no Rio de Ja-

neiro pelo capitão Fernando Pinheiro, para quem costumava trabalhar, e vendida a um caixeiro-viajante. Esse comerciante a manteve presa com outros negros em sua casa e obrigou que a moça passasse a se chamar Ovídia. Caso insistisse em contar aos outros que seu nome era Benedicta, ele a manteria presa numa fazenda para a vida toda. Dias depois, o caixeiro-viajante embarcou Benedicta e os outros negros no trem da ferrovia Dom Pedro II, que ia do Rio de Janeiro para São Paulo, a fim de vendê-los como escravos a fazendas de café do Vale do Paraíba.*

Benedicta contou ainda que, durante a viagem, conseguiu conquistar a confiança do capataz que a vigiava, tendo liberdade para pedir a ajuda de passageiros. Como era analfabeta, os demais escreveram as cartas para ela. Quando tinha uma chance, Benedicta enviava pelo correio as mensagens de socorro ao delegado. “Venho implorar a sua valiosa proteção, pois que me acho retida em uma casa desta cidade de Taubaté para ser vendida. Peço para todos os santos para vosmecê vir me livrar desta injusta opressão”, escreveu.⁸

Bráulio Muniz, o delegado que recebeu as cartas, já conhecia Benedicta desde o ano anterior. Em outubro ou novembro de 1879, ela foi detida na estação de trem de Cachoeira, no Vale do Paraíba, em São Paulo. O chefe da estação descobriu que a negra tinha embarcado no Rio de Janeiro com uma passagem para outra estação. Suspeitou que se tratava de uma escrava fugida e acionou o delegado. Como nessa época muitos

*O trem de passageiros entre Rio de Janeiro e São Paulo funcionava desde 1877. Passava por fazendas de café e cidades ricas do Vale do Paraíba, como Barra Mansa, Resende, Cachoeira (hoje Cachoeira Paulista), Taubaté e São José dos Campos. Com a proclamação da República, o nome da estrada mudou de Dom Pedro II para Ferrovia Central do Brasil. O trem de passageiros existiu por mais de um século – seu serviço foi interrompido em 1988. Caro e demorado demais (a viagem levava mais de dez horas) e sujeito a interrupções por problemas nas linhas, o trem perdeu para a concorrência dos ônibus e aviões.

cativos fugiam pelas linhas de trem, mas também havia vários negros livres no Brasil, era preciso investigar a real identidade dos suspeitos. Coube ao delegado Bráulio Muniz confirmar o histórico da mulher.

Nessa ocasião, Benedicta contou ao delegado que nasceu em São João do Príncipe, no Vale do Paraíba fluminense, e era filha do pescador Manoel da Ilha e de Sabina da Ilha. Aos 12 anos, se mudou para o Rio de Janeiro a fim de trabalhar como doméstica. Para confirmar a história, o delegado mandou uma carta à delegacia mais próxima daquele município perguntando se a história era verdadeira. Nos dois meses em que esperaram a resposta, Benedicta ficou trabalhando na casa do delegado. Quando chegou a carta em que os policiais de São João do Príncipe confirmaram a versão da negra, o delegado a liberou e emitiu para ela uma autorização de viagem.

No ano seguinte, quando recebeu as cartas em que Benedicta pedia socorro, o delegado não hesitou. Mandou ofícios informando o caso à polícia da Corte e às delegacias das cidades cortadas pela ferrovia Dom Pedro II, e correu a Taubaté para “livrar das garras de qualquer abutre a infeliz”. Benedicta foi resgatada e “depositada em juízo”, ou seja, abrigada na prisão da cidade. A polícia colheu o depoimento dela e do delegado, e indiciou o capitão Fernando Pinheiro, do Rio de Janeiro, pelo crime de redução de pessoa livre ao cativo. Como nessa época a escravização ilegal era um crime frequente, o caso parecia resolvido. Mas o depoimento do capitão Fernando Pinheiro provocou uma reviravolta na história.

Acusado de sequestrar a negra, o capitão insistiu com policiais de Taubaté que aquela mulher era, sim, Ovídia, uma escrava fugida. A tal Benedicta seria uma invenção, uma identidade falsa. O capitão contou ter comprado Ovídia em 1878 por



*Escrava sentada,
vista de costas.
Desenho de
Thomas Ender,
século 19.*

um conto de réis e comprovou isso mostrando uma escritura de compra e venda. Em 1879, segundo ele, Ovídia começou a empreender diversas fugas, sempre para procurar emprego como se fosse uma mulher livre chamada Benedicta. A primeira fuga terminou seis meses depois, quando o capitão a encontrou numa agência de emprego. Decidiu então alugá-la para o capitão de um navio, mas Ovídia fugiu outra vez. Quando conseguiu reencontrá-la, ele optou por vendê-la a um caixeiro-viajante que a levaria para alguma fazenda de café. Foi assim que, em abril de 1880, Benedicta, ou melhor, Ovídia, foi parar no trem de onde mandou as cartas para Bráulio Muniz.

Faltava resolver uma questão: como e por que a delegacia de São João do Príncipe confirmou, em 1879, que Benedicta havia nascido naquela cidade e era filha de Manoel da Ilha? Os policiais decidiram investigar mais uma vez essa história – e chegaram a uma descoberta estupefacente. Descobriram que havia uma mulher livre com esse nome em São João do Príncipe, mas que ainda vivia por lá. Depoimentos dessa verdadeira Benedicta e de seus familiares revelaram que a escri-

va Ovídia e a livre Benedicta eram meias-irmãs. O pai delas era o mesmo, mas Ovídia era filha bastarda, fruto de uma relação de Manoel com a escrava de um compadre, e Benedicta, a filha oficial. “Benedicta livre e Ovídia escrava viveram, até certo ponto, uma sina comum”, conta a historiadora Maria Helena Machado, que descobriu a história em arquivos de Taubaté. “Cresceram juntas em casa dos padrinhos enquanto moradoras, e não proprietárias, e viviam de prestar serviços e de favores.” Como nasceu antes da Lei do Ventre Livre, de 1871, Ovídia era oficialmente escrava. Quando o dono de sua mãe morreu, ela se transformou em herança. Foi repassada a herdeiros e revendida algumas vezes, até ser comprada, no Rio de Janeiro, pelo capitão Fernando Pinheiro.

Um detalhe possibilitou que a polícia tivesse mais uma comprovação. Segundo o capitão Fernando Pinheiro, a escrava teve um filho em 1878, o que ela negava. Não se sabe o que aconteceu com a criança – provavelmente morreria logo depois do parto. Esse episódio deve ter abalado Ovídia, pois a partir daí ela começou a fugir e a tentar se passar por Benedicta. Para comprovar a verdadeira identidade da negra, a polícia se baseou num exame médico-legal que constatou que o colo do útero estava dilatado como o de mulheres que já tiveram filhos. Conseguiram assim esclarecer o mistério. Ovídia tinha aproveitado a quantidade de casos de escravização ilegal da época para se passar por uma mulher que havia sido sequestrada.

Como mostra o capítulo “Manoel Preto”, há diversos exemplos de escravos que adotaram identidade falsa, tentaram trapacear os senhores ou enganar a Justiça para se livrarem da crueldade da escravidão. Mas as atitudes de Ovídia parecem ter ido além de uma estratégia de liberdade. Ela queria tanto ser Benedicta, sua meia-irmã livre e mais velha, que passou a acreditar nisso.

◆ ESTAÇÃO ◆
BRASIL

ESTAÇÃO BRASIL é o ponto de encontro dos leitores que desejam redescobrir o Brasil. Queremos revisitar e revisar a história, discutir ideias, revelar as nossas belezas e denunciar as nossas misérias. Os livros da ESTAÇÃO BRASIL misturam-se com o corpo e a alma de nosso país, e apontam para o futuro. E o nosso futuro será tanto melhor quanto mais e melhor conhecermos o nosso passado e a nós mesmos.